

Anais eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP Santos-2014

GT - 029 – *Mobilidades e cidades: da produção ao espaço público*

Associativismo migrante, participação e inclusão social no espaço urbano

MARIA DA CONCEIÇÃO PEREIRA RAMOS (*)¹

MARIA NATÁLIA PEREIRA RAMOS ()²**

1 - Introdução

Ao longo da história existiram, com maior ou menor intensidade, os movimentos populacionais, em resposta ao crescimento demográfico, às alterações climáticas e às necessidades económicas (CASTLES, 2005). A mobilidade humana provoca impactos nos indivíduos e nas famílias, mas também nas sociedades de acolhimento e de partida. A cidade, tornou-se o *locus* privilegiado de grandes processos migratórios, devido às grandes transformações políticas, económicas e sociais verificadas nos finais do século XX, que trazem diversidade cultural e populações imigrantes que afluem às cidades com novas experiências de vida e saberes.

O século XXI traz para a agenda política internacional e europeia novos desafios: a globalização e a urbanização explosiva. Os fluxos contínuos de migrantes, refugiados e outros deslocados são um dos fatores que levam ao rápido crescimento das cidades. É necessário repensar a cidade na globalização e refletir sobre as inter-relações entre o local e o global nas suas múltiplas formas de expressão. O associativismo migrante desempenha um papel fundamental no quadro das migrações internacionais, fomentando o empreendedorismo social, a participação e inclusão social no espaço urbano (RAMOS, 2012b).

2 - O desenvolvimento sustentável da cidade global, multicultural e multiétnica

A questão da urbanização e das cidades foi debatida na Europa já desde 1994, ano em que se realizou a primeira *Conferência sobre Cidades Europeias Sustentáveis – Carta de Aalborg* (Dinamarca, 27/05/1994). Esta Carta assume as cidades como entidades

¹ * Universidade do Porto, FEP – Prof. Dra.

² ** Universidade Aberta, Lisboa – Prof. Dra.

passíveis de serem sustentáveis, passando essa sustentabilidade por ser um processo criativo, local e equilibrado, lançando questões relacionadas com os padrões de uso sustentável do território. A palavra sustentabilidade é hoje usada nas áreas sociais, económicas, culturais e ambientais e tem sido incorporada em vários planos de atividades. SACHS (1986) ampliou o conceito de *sustentabilidade*, que envolve diferentes dimensões interligadas entre si: as dimensões social, ambiental, económica, espacial ou territorial, cultural e política, entre outras.

Com a globalização das trocas comerciais e financeiras, as grandes cidades tornam-se um espaço global. SASSEN (1991) reconfigurou a compreensão das cidades, realçando que alguns lugares se assumem como “cidades globais”, de trânsito e de passagem, muitas vezes portos marítimos, cosmopolitas, lugares de acolhimento de diásporas, assegurando a circulação de trocas, mercadorias, produtos, apelando à noção de “economia metropolitana em rede” (VELTZ, 1996) e reenviando ao papel da globalização na emergência do potencial das cidades.

Esta dimensão tem consequências sobre as transformações sociais e os comportamentos (RAMOS, N., 2008). A mundialização contribui para difundir novos modos de vida, transformando os centros e as periferias das cidades globais e das metrópoles no mundo. A imigração reveste um carácter espacial, concentrando-se nos centros urbanos das cidades ou nas periferias residenciais. Os termos diáspora e comunidades da diáspora são cada vez mais usados para várias categorias de pessoas – expatriados, refugiados políticos, residentes estrangeiros, imigrantes e minorias étnicas e raciais (VERTOVEC e COHEN, 1999:364), que deixam marcas, no espaço e no tempo (BRUNEAU, 2004), e contribuem para recomposições identitárias, culturais e económicas.

O acolhimento dos migrantes e a gestão da diversidade cultural nas zonas urbanas constitui uma das grandes preocupações do Conselho da Europa e da Comissão Europeia, instituições que lançaram, em 2008 - Ano Europeu do Diálogo Intercultural - o projeto “cidades interculturais”, de modo a fazerem da cidade um espaço aberto e plural e um lugar privilegiado de diálogo intercultural. Este projeto tem como objetivo: combater os preconceitos, a discriminação e a luta pela igualdade de oportunidades, adaptando as estruturas de gestão, as instituições e serviços às necessidades de todos os seus habitantes e cidadãos, sem colocar em causa os princípios dos direitos humanos, da democracia e da legislação vigente; desenvolver em cooperação com as empresas, a sociedade civil e os diferentes agentes públicos, um conjunto de políticas e atividades para promover os contactos entre os diferentes grupos culturais, diminuir os conflitos e

a violência e consolidar políticas públicas que tornem a cidade mais sustentável, atrativa, acolhedora e solidária para todos.

Com o turismo, sobretudo para as cidades, e com a migração que ocorre essencialmente do campo para os meios urbanos, regista-se um aumento sem precedentes de contactos entre as culturas, colocando também sérios desafios à gestão da diversidade cultural, à comunicação intercultural e ao planeamento urbano (RAMOS N., 2008).

Perante tudo isto, há que encontrar meios inovadores e sustentáveis para apoiar as pessoas deslocadas e quem as acolhe. Os governos nacionais e locais deverão construir espaços de integração, participação e de convívio nas cidades onde se concentram a maioria dos migrantes, promover culturas de paz, solidárias e sustentáveis e desenvolver políticas públicas democráticas, de combate à exclusão social e de respeito e defesa dos direitos humanos e da cidadania. A sua conceção deve basear-se na compreensão das relações entre os espaços e as pessoas, e das implicações sociais e políticas advindas dessas mesmas relações (FRANCIS, 2003).

Nas sociedades democráticas, em particular nas cidades multiculturais, é importante responder às múltiplas necessidades das populações, nomeadamente migrantes, é fundamental entender as expectativas e desejos dos cidadãos, de modo a que os espaços públicos constituam locais onde diferentes culturas possam dialogar e encontrar uma expressão identitária. Na verdade, fazendo os espaços públicos parte do quotidiano de todos os cidadãos, implica que sejam abertos a todos os membros da sociedade, minorias e maiorias (CARR *et al.*, 1992; THOMPSON, 2002).

3 - Transnacionalismo, redes sociais, capital social, economia solidária, voluntariado e empreendedorismo social migrante

Assume particular interesse o debate em torno das relações históricas e sociais entre os países, considerando os laços históricos, culturais e afetivos e o papel das redes sociais enquanto suporte estrutural para a manutenção e continuidade das afirmações culturais. Os migrantes desenvolvem práticas transnacionais, relações sociais e diferentes tipos de transações, ligando as sociedades de origem e as de acolhimento.

A. PORTES (1999: 12) define as redes sociais como “conjuntos de associações recorrentes entre grupos de pessoas ligadas por laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos”. As redes sociais emergem na sequência do processo migratório e minimizam os riscos presentes na migração internacional.

O transnacionalismo é o conjunto dos processos pelos quais os migrantes desenvolvem relações sociais de natureza múltipla, construindo espaços sociais que atravessam as fronteiras geográficas, culturais e políticas. O campo do transnacionalismo abrange transações económicas, políticas e culturais (PORTES, 1999; FAIST, 2000).

O transnacionalismo é visível no associativismo migrante e nas redes migratórias envolvendo intercâmbios culturais, escolares, desportivos e económicos e favorecendo o desenvolvimento de ligações materiais e simbólicas com Portugal e a dinamização de laços sociais e elementos mediadores de produção e reprodução de identidades, valores, pertenças e capital social.

A participação dos indivíduos numa rede migratória constitui uma fonte de capital social que pode contribuir para a concretização de projetos migratórios específicos. O capital social refere-se a aspetos das estruturas ou relações sociais que conduzem a atividades sociais de cooperação, implicando normas de reciprocidade, empenhamento cívico e confiança social (BILLIET, 1998).

O setor não lucrativo, denominado como terceiro setor, economia social e solidária ou setor voluntário, é constituído por diferentes instituições organizadas, sob a forma de associação, fundação, misericórdia, cooperativa, mutualidade, clube, entre outras, prosseguindo variados objetivos (RAMOS, 2013). A economia social coloca o princípio da solidariedade, da gratuidade e da dádiva no centro da sua atividade, e a democratização da economia a partir do envolvimento dos cidadãos. As potencialidades da economia social e solidária são múltiplas: promoção do empreendedorismo, desenvolvimento social e local, reforço da coesão social e da cidadania, luta contra a exclusão social. Um contributo importante da economia solidária é o de revalorizar o trabalho socialmente útil, como é o caso do voluntariado (RAMOS, 2013). O trabalho dos homens e das mulheres migrantes, muito dele voluntário, e do seu empreendedorismo são importantes para o sistema económico, a solidariedade social e a cidadania (HALBA, 2006).

O empreendedorismo social das mulheres e homens portugueses migrantes é visível na sua participação em redes sociais, em associações de imigrantes, em associações cívicas ou em organizações políticas, nestas, contudo, ainda com participação baixa (RAMOS, 2009, 2011a, 2012a,b). No movimento associativo português emigrante, as mulheres começaram a evidenciar-se na liderança e dinamização de atividades culturais e recreativas, mas também no controlo da gestão e no associativismo empresarial e político. O empreendedorismo propicia a dinamização de redes e práticas de inovação

social com impactos que ultrapassam o grupo imigrante e abarcam o empreendedorismo económico, associativo, cultural e político.

O empreendedorismo social é uma atividade de criação de valor social desenvolvida em diferentes esferas – económica, educativa, social e espiritual – por indivíduos e organizações, incluindo o setor público, organizações comunitárias e de ação social e instituições de caridade (WEERAWARDENA e MORT, 2006). O empreendedorismo social está associado a projetos (de indivíduos ou de comunidades, não necessariamente envolvidos numa organização) que visam alcançar o bem comum, ou dar resposta a necessidades sociais não satisfeitas. O empreendedor social é visto como um agente de mudança social, em áreas de preocupação social e das políticas públicas (WADDOCK e POST, 1991).

4 - Associativismo migrante, promoção da integração social e da cidadania e transmissão do património cultural

A chegada dos migrantes à cidade exige um período de adaptação que passa, nomeadamente, por vencer as barreiras linguísticas, culturais e políticas, bem como de ultrapassar outras barreiras que constituem o seu quotidiano. Para os indivíduos e famílias migrantes, a utilização dos novos espaços que passam a fazer parte do seu quotidiano pode causar sentimentos de exclusão, intimidação e discriminação, quando não existem elementos relacionados com as suas vivências culturais (RAMOS, N., 2013).

A ocupação de determinados espaços territoriais pelos imigrantes, passa a ser para eles espaços de permanência e simultaneamente de passagem, os quais promovem a sua adaptação às novas condições de vida em outro ambiente ecológico e social, exigindo a aprendizagem de elementos da nova cultura de acolhimento tais como a língua, as redes de relacionamento para a integração laboral e o acesso a serviços essenciais à satisfação das suas necessidades e à resolução dos seus problemas.

A constituição e o progressivo crescimento de comunidades imigrantes, fomentaram o desenvolvimento do associativismo. A concentração espacial das diásporas e a divisão social do espaço urbano pode ter efeitos positivos, nomeadamente na chegada, devido à existência de redes de solidariedade e de sociabilidade facilitando a sua sobrevivência e integração. As associações procuram minimizar os riscos presentes nas migrações e têm constituído, desde sempre, um poderoso instrumento de manutenção e de reforço da identidade das comunidades de estrangeiros que se encontram fixadas fora do seu país

(FELDMAN-BIANCO, 1993; KLIMT, 2000; ROCHA-TRINDADE, 2010). Estas associações trabalham em grandes áreas, tais como socioeconómica, cultural e política (MÓREN-ALEGRET, 2002).

Assistiu-se ao desenvolvimento do movimento associativo português no mundo, com objetivos assistenciais, socioculturais, recreativos, desportivos, regionais/regionalistas, etc. (Melo e Silva, 2009; DGACCP, 2010; Ramos, 2012b). A necessidade de manter a identidade cultural da comunidade portuguesa e de criar mecanismos de solidariedade e de defesa dos seus interesses e direitos na sociedade de acolhimento, fez surgir no mundo, quase 3000 associações de portugueses e seus descendentes. As associações migrantes desempenham um papel fundamental no quadro das migrações internacionais, nomeadamente na grande diáspora portuguesa e no Portugal migrante atual (RAMOS, 2012b). As associações constituem-se como grandes eixos de socialização, de reencontro, de reforço de laços culturais comuns, de afirmação identitária, de solidariedade e entreajuda, de combate ao isolamento, de mediação e integração nos países recetores e de interação com o país de origem. As atividades desenvolvidas por homens e mulheres no associativismo migrante (culturais, recreativas, sociais, económicas e políticas) possibilitam a integração e a criação de espaços alargados de intervenção e de cidadania e a promoção e divulgação da cultura portuguesa, sendo veículo de aproximação e visibilidade da comunidade e meio de conservação e de transmissão do património cultural.

As comunidades portuguesas e as suas associações são veículos privilegiados de contato, de encaminhamento de informação e de estabelecimento e manutenção de laços entre elas e o país de origem, tentando prolongar a cultura de origem no país de acolhimento, através de atividades culturais, recreativas e formativas³. Os migrantes portugueses e seus descendentes envolvem-se no grande movimento associativo, através do desporto, do folclore, das festas, das atividades religiosas, de beneficência, de educação e de formação de imigrantes e seus descendentes (como cursos de português para os mais jovens), de comunicação e difusão cultural (imprensa, emissões de rádio, espetáculos musicais), mas também de comércio e regionalismo, tendo as mulheres migrantes vindo a ganhar visibilidade crescente. As mulheres vão determinar novas orientações ao nível de atividades associativas recreativas, socioculturais e

³ Sobre estas questões cf. Ramos (1990 : 572-597) “Réseaux informels et officiels dans la communauté portugaise en France » e Ramos (1999).

socioeducativas, mas também, sobretudo as novas gerações, em algumas funções diretivas, tornam-se importantes dinamizadoras e intermediárias das associações, como pudemos constatar em França, desde os anos 80 do século XX (CEDEP, 1986; RAMOS, 1990, 1999).

A participação nos processos políticos é um dos elementos mais importantes da cidadania ativa e, como tal, a participação política do movimento associativo das comunidades imigrantes origina oportunidades de integração e deve ser analisada nas suas diferentes formas, incluindo a obtenção da nacionalidade, de direitos eleitorais e de maior integração nas estruturas de decisão política.

Os níveis de formação e informação e as redes sociais são fatores importantes para o sucesso do migrante, cujas estratégias de vida se caracterizam cada vez mais pelas múltiplas pertenças, culturas, identidades e nacionalidades (RAMOS, 2011b). O transnacionalismo conduz inevitavelmente a um rápido crescimento das duplas e múltiplas nacionalidades e culturas. Trabalho, educação, competências linguísticas e multiculturais e dupla nacionalidade ou dupla cidadania favorecem a integração e a participação civil dos migrantes, aumentam a sua mobilidade e participação efetiva na sociedade (RAMOS *et al.*, 2007; OECD, 2011).

As associações de migrantes, espaços de socialização importantes, participam nas realidades sociais, culturais, políticas e económicas dos países de emigração e de imigração, através do comércio, regionalismo, difusão cultural, entre outras, e utilizando redes familiares, de amizade ou de vizinhança.

5- Participação associativa migrante, solidariedade e beneficência

Trabalhar em associações promove confiança, reciprocidade e redes sociais, aspetos interdependentes, que produzem e reproduzem capital social. Diferentes investigações mostram existir uma correlação positiva entre o envolvimento religioso e associativo e uma ética de confiança, altruísmo e cooperação (BILLIET, 1998).

Os portugueses emigrantes, homens e mulheres, denotam capacidade de organização, de liderança e de comprometimento em organizações de voluntariado, de ordem associativa, organizações sem fins lucrativos, pertencendo ao terceiro sector, à economia social e solidária (RAMOS, 2012a). Dada a origem socioeconómica da maioria dos emigrantes portugueses, o esforço associativo foi centrado na solidariedade social (mutualismo, apoio social, assistência médica, assistência jurídico-informativa, serviço fúnebre) e nas sociabilidades. As primeiras associações de migrantes surgiram

no século XIX e eram essencialmente de dois tipos: assistencialistas/mutualistas e educativas/literárias (MULLER, 2002). A beneficência foi uma das características do associativismo migrante em todo o mundo desde o início de oitocentos. As mais antigas e prestigiadas associações são as sociedades fraternais ou de socorros mútuos. No Brasil desenvolveram-se as associações portuguesas durante o período colonial, as irmandades e ordens terceiras, estando assim o seu associativismo originalmente associado à necessidade de difusão do cristianismo (MULLER, 2002:303). A comunidade portuguesa no Brasil foi a primeira a estabelecer uma cadeia de instituições de voluntariado, apoio a trabalhadores, hospitais, bibliotecas, alfabetização, entre outros (SILVA, 1990). Por exemplo, no Rio de Janeiro, entre 1903 e 1920, registaram-se 668 associações: 346 de auxílio mútuo (com benefícios dirigidos principalmente aos sócios) e 35 de beneficência (voltadas para a filantropia, essencialmente para não associados), representando 57% do universo total (FONSECA, 2009). A comunidade portuguesa do Rio de Janeiro criou, para solução de problemas individuais e como estratégia de ação coletiva, diferentes associações, na sua maioria, de auxílio mútuo e beneficência (em períodos de inatividade por doença ou acidente, ajudas para funeral, assistência médica, farmacêutica e jurídica). Além de regalias materiais concedidas aos sócios, ajuda na burocracia, consultas e visitas médicas gratuitas, as associações funcionavam como agências de emprego, de colocação dos imigrantes conterrâneos ou de apoio à subsistência, ao alojamento ou à viagem.

No Brasil, a Sociedade Portuguesa de Beneficência de D. Pedro V, de Santos, criada em 1859, tinha como finalidade

reunir todos os portugueses, sem distinção de categoria social; procurar emprego honesto para os sócios que o não tivessem; prestar alimento aos patrícios indigentes que não pudessem trabalhar e sustentar-se; socorrer os enfermos privados de recursos; ordenar o sepultamento e sufrágios religiosos dos que morressem muito pobres; facilitar a instrução e o ensino, tanto moral, como industrial, à mocidade desvalida; assistir com os meios necessários aos que precisassem de sair do país; contribuir com todos os meios legais ao seu alcance para a defesa e libertação dos que fossem envolvidos em processos criminais e não tivessem quem os defendesse. Como parte final das atribuições da Sociedade, vinha o estabelecimento de um hospital, “logo que os fundos sociais fossem suficientes”, casa de educação e asilo, oficinas industriais e outros estabelecimentos indispensáveis aos fins da instituição (PAUL, 1986:15, 18).

As mulheres portuguesas participam no quadro de associações mistas, sobretudo criadas e dirigidas por homens e têm-se progressivamente envolvido em organizações cívicas e

filantrópicas, num crescente processo de associativismo, voluntariado e cidadania (RAMOS, 2011a, 2012a).

6 – Associativismo migrante, espaço de reconhecimento, de pertença e de desenvolvimento local

O processo de desenvolvimento proposto pelas entidades da economia solidária passa pelo envolvimento da comunidade e por uma participação igualitária ao nível do desenvolvimento local, o qual coloca a ênfase na intervenção das pessoas como eixo central dos processos de desenvolvimento e de integração social (RAMOS, 2013). As diretivas da União Europeia (UE) vão no sentido de privilegiar a escala local nas políticas de integração.

O apelo à participação e cidadania, em nome da coesão e da integração sociais, tem encontrado eco junto das organizações da sociedade civil. O associativismo regionalista funciona como uma estratégia de sobrevivência, de solidariedade, de identidade cultural e de desenvolvimento local (ROCHA-TRINDADE, 1986; MELO, 2006). É significativo o papel desempenhado por associações regionalistas e localistas, seja em Portugal ou na diáspora, em países como o Brasil, Venezuela, África do Sul, EUA ou Canadá (TEIXEIRA e ROSA, 2000). As associações e atores sociais têm um papel importante na integração dos imigrantes e na dinâmica da vida local (TRIPIER, 1989). Algumas destas associações desempenham a sua atividade na defesa dos direitos dos imigrantes junto do poder político dos países de acolhimento e de origem e nas áreas da educação, formação e integração social, colmatando insuficiências das políticas públicas.

As associações envolvendo migrantes, com múltiplas pertenças e identidades, constituem importantes agentes de co-desenvolvimento e de coesão territorial, nomeadamente de desenvolvimento local nos países de origem e de acolhimento. O co-desenvolvimento implica as associações de migrantes que aspiram a ter um papel de transformação social da sociedade de origem; as organizações locais do país de emigração, que orientam os recursos para as necessidades de desenvolvimento; as coletividades territoriais dos países de partida, que desejam contribuir para a definição dos objetivos de desenvolvimento das associações de migrantes; as associações do país de acolhimento, capazes de fornecer apoio em termos de financiamento, formação e formalização do projeto; as coletividades territoriais e outras instituições dos países de imigração, envolvidas nesta forma de cooperação (NAIR, 1998; TARAN *et al*, 2009).

O estudo do associativismo migrante em Portugal a partir do caso de Oeiras, permite retirar consequências no tocante à participação cívica e à mediação política em comunidades migrantes, que assumem na sociedade portuguesa contemporânea uma importância crescente, como fatores de interculturalidade, de diversidade e de coesão (MARQUES *et al.*, 2008). É importante recorrer aos imigrantes, tanto na formulação como na implementação das políticas. O estudo de Oeiras, em Portugal (MARQUES e SANTOS, 2008) mostra como a Câmara Municipal, o poder local da cidade, opera por via de associações de bairro, desportivas e de recreio, que na realidade representam sobretudo organizações de imigrantes.

O transnacionalismo dos migrantes é visível na internacionalização desenvolvida através da ligação entre municípios e comunidades transnacionais a partir das geminações e do associativismo migrante. As políticas de geminação entre cidades e municípios portugueses e cidades e municípios de países de acolhimento de emigrantes portugueses e de imigrantes em Portugal conhecem uma dinâmica local importante, associada às redes migratórias e aos laços históricos e culturais com países de língua oficial portuguesa (RAMOS, 1999, 2012c). Estas políticas parecem adquirir uma importância acrescida como veículos de uma maior integração internacional das cidades e municípios, nomeadamente ao nível do espaço europeu (só com a França, há cerca de 200 geminações) e envolvem os migrantes, homens e mulheres, a vários níveis, tendo sido promovidas pelas instâncias europeias como veículos de maior diálogo entre as populações e as autoridades locais e entre as diferentes culturas.

Há um importante papel dos migrantes nas redes sociais, no ajustamento a valores da sociedade recetora e transmissão de valores da sociedade de origem, através das relações interpessoais fomentadas pelo trabalho, associativismo, geminações, atividades em paróquias, etc. As dinâmicas das comunidades migrantes e das suas associações ultrapassam os contextos locais e nacionais dos países de acolhimento, interagindo quer com o país de origem, quer com outras comunidades migrantes em diáspora.

Contudo, os desafios que o movimento associativo enfrenta nos tempos de hoje são diversos, havendo necessidade de se afirmar ainda mais como parceiro reconhecido e indispensável, nas estratégias de promoção da vida em comunidade participada, no espaço público, seja no domínio social ou político. É necessário que as associações incrementem e atuem em rede (local, nacional e transnacional), com vista a articular as necessidades e os interesses dos imigrantes, tendo como subjacentes os direitos plenos de cidadania.

7 - Considerações finais

É necessário repensar a cidade na globalização, refletir sobre as inter-relações entre o local e o global nas suas múltiplas formas de expressão, apropriação e mesmo reinvenção refletidas nas cidades. A mobilidade não se restringe à deslocação dos seres humanos no espaço físico através das migrações, mas ela comporta também alterações sociais importantes. Os imigrantes deixam na urbe as suas marcas e transformam-na misturando a cultura e a economia local com novas influências externas. As cidades podem ser apreendidas do ponto de vista da contribuição dos seus cidadãos, que as reconstruem de diferentes formas, a nível identitário, cultural e económico.

A globalização contribuindo, por um lado, para esbater as fronteiras e reduzir as diferenças entre as culturas e os comportamentos e, por outro lado, o surgimento das identidades étnicas, com as suas peculiaridades, reivindica a valorização do que é local, particular e diferente. De um lado, pois, a influência da globalização a reforçar os pressupostos da modernidade e à procura do comportamento universal, com o que a psicologia intercultural veria confirmada a sua intenção de estabelecer um ético multicultural. De outro lado, com a valorização da singularidade das culturas, a psicologia perderia o interesse pela abstrata universalidade do comportamento e tenderia a adquirir a variedade das psicologias culturais. A globalização promove de forma inédita a proximidade dos lugares, o contato dos grupos e o encontro das pessoas, favorece a experimentação de situações voláteis, continuamente renovadas e substituídas.

É necessário questionar o espaço migratório do ponto de vista da sua mundialização, as inter-relações que se tecem entre zonas de partida e de chegada e as estratégias de desenvolvimento territorial e local. A consciência de que os problemas que hoje se manifestam na sociedade, e especialmente no espaço urbano, tem envolvido os poderes públicos e diferentes atores da sociedade civil, na construção conjunta, e às várias escalas, da governança urbana sustentável. As associações de imigrantes têm participado deste amplo processo de inovação social e de abertura ao mundo. É reconhecida a importância do estudo das redes sociais, até pelo papel que desempenham na integração dos imigrantes nas sociedades de acolhimento. O empreendedorismo social migrante, nomeadamente no que diz respeito à participação associativa, no espaço e no tempo, exige maior atenção por parte dos investigadores e dos poderes públicos.

REFERÊNCIAS

- BILLIET, J. Social capital, religious philosophical involvement and social integration in Belgium: an empirical investigation. In LAERMANS, R.; WILSON, B.; BILLIET, J. (Eds.) *Secularization and social integration*. Lovaina: Leuven University Press, 1998, p. 141-158.
- BRUNEAU, M. *Diasporas et espaces transnationaux*. Paris: ed. Anthropos, 2004.
- CARR, S.; FRANCIS, M.; RIVLIN, L. G.; STONE, A. M. *Public Space*. Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1992.
- CARREIRAS, H. *et al.* Portuguese gauchos associations, social integration and collective identity in twenty-first century Argentina, Uruguay and Southern Brazil, *Portuguese Studies Review*, 14 (2), 2006/7, p. 263-291.
- CASTLES, S. *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios*. Lisboa: Fim de Século, 2005.
- CEDEP. *Enfermement et ouvertures. Les associations portugaises en France*. Paris, 1986.
- Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (Coord.). *Marcas solidárias – Obras sociais das comunidades portuguesas*. Lisboa: Instituto da Segurança Social. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2010.
- FAIST, Th. Transnationalization in international migration: implications in the study of citizenship and culture. *Ethnic and Racial Studies*, 23 (2), 2000, p. 189-222.
- FELDMAN-BIANCO, B. Múltiplas camadas de tempo e espaço: (re)construções da classe, da etnicidade e do nacionalismo entre imigrantes portugueses. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 38, p. 193-223.
- FONSECA, V. M. Beneficência e auxílio mútuo no associativismo português: Rio de Janeiro, 1903-1920. *Revista Migrações*, nº 5, Outubro, 2009, p. 221-237.
- FRANCIS, M. *Urban Open Space: Designing for user needs*. vol. 3, Washington: Island Press, 2003.
- HALBA, B. *Involve – L'engagement bénévole et civique des migrants et des minorités ethniques*. Paris: Institut de Recherche et d'Information sur le Volontariat (IRIV), 2006.
- KLIMT, A. Emigrantes, estratégias, identidades e representações. *Ler História*, nº 39, 2000, p. 153-185.

LEVITT, P. ; DEWIND, J. ; VERTOVEC, S. International perspectives on transnational migration : an introduction. *International Migration Review*, 37, nº 3, 2003, p. 565-575.

MARQUES, M. M., SANTOS, R. Repensar a mobilização e a activação cívica: as dinâmicas de participação local dos imigrantes. In MARQUES, M. M.; SANTOS, R. ; LEITÃO, J. *Migrações e participação social – as associações e a construção da cidadania em contexto de diversidade – o caso de Oeiras*. Lisboa: Fim de Século, 2008, p. 85-109.

MARQUES, M. M.; SANTOS, R. ; LEITÃO, J. *Migrações e participação social – as associações e a construção da cidadania em contexto de diversidade – o caso de Oeiras*. Lisboa: Fim de Século, 2008.

MELO, D. Aquém do Marão : o associativismo regionalista transmontano em Portugal e na diáspora. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 50, 2006, p. 67-87.

MELO, D.; SILVA, E. C. (Orgs). *Construção da Nação e associativismo na emigração portuguesa*. Lisboa: ICS, 2009.

MOREN-ALEGRET, R. *Integration and resistance: the relation of social organisations, global capital, governments, and international immigration and Spain and Portugal*. Aldershot: Ashgate, 2002.

MOYA, J. Immigrants and associations: a global and historical perspective. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 31, nº 5, 2005, p. 833-864.

MULLER, E. A organização sociocomunitária portuguesa no Rio de Janeiro. In LESSA, C. (Org.). *Os Lusíadas na aventura do Rio Moderno*. Rio de Janeiro: Editorial Record, 2002, p. 301-331.

NAIR, S. La politique de codéveloppement liée aux flux migratoires. *Hommes et Migrations*, 1214, juillet-août 1998, p. 47-57.

OECD. *Naturalisation: a passport for the better integration of immigrants?* Paris: OECD, 2011.

PADILLA, B. *et al.* Portugueses gaúchos: socio-political transnacionalism, integration and identities in the river plate region, *Revista Migrações*, ACIDI, Out., nº 5, 2009, p. 185-201.

PASCAL, M. A. *Associativismo português na construção da metrópole de São Paulo: trabalho, género e cotidiano*. Coimbra: CES-FEUC, 2005.

PAUL, Cl. *Associações portuguesas na baixada santista*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades, Centro de Estudos, 1986.

PORTES, A. *Migrações internacionais. Origens, tipos e modos de incorporação*. Oeiras: Celta Editora, 1999.

RAMOS, M. C. P. *Marchés du travail et migrations internationales: croissance, crise et marché unique. Cas du Portugal et de la France*. Thèse pour le doctorat en science économique. Paris: Université de Paris I, Sorbonne, 1990.

RAMOS, M. C. P. *La Diaspora Portugaise et la Diversité de ses Formes d'Insertion dans les Pays d'Accueil*. Paris: OCDE, 1999.

RAMOS, M. *et al.* Multiple Citizenship. Case-Studies Among Individual Citizens in Portugal. In PITKANEN, P.; KALEKIN-FISHMAN, D. (Eds.) *Multiple State Membership and Citizenship in the Era of Transnational Migration*. Rotterdam: Sense Publishers, 2007, p. 41-65.

RAMOS, M. C. P. Mulheres portuguesas na diáspora - Inserção laboral e papel nas redes sociais. In SEABRA, L.; ESPADINHA, A. (Orgs.) *A vez e a voz da mulher portuguesa na diáspora*. Macau: Universidade de Macau, 2009, p. 301-326.

RAMOS, M. C. P. Migrações internacionais e género - dinâmicas de participação das mulheres portuguesas imigrantes. In BOSCHILIA, R.; ANDREAZZA, M. L. (Orgs.) *Portuguesas na diáspora: histórias e sensibilidades*. Curitiba: UFPR, 2011a, p. 137-160.

RAMOS, M. C. P. Mondialisation, Citoyennetés, Cultures. *Crossing boundaries in culture and communication*, 2 (2), 2011b, p. 85-95.

RAMOS, M. C. P. Trabalho e empreendedorismo social da mulher portuguesa na diáspora. In AGUIAR, M. M.; GUEDES, M. G. S. (Orgs.) *Encontro Mundial de Mulheres Portuguesas na Diáspora*. Espinho: ed. Mulher Migrante, 2012a, p. 22-26.

RAMOS, M. C. P. Migrações e dinâmicas associativas e culturais. In N. Ramos; M. Marujo.; A. Baptista (Orgs.) *A voz dos avós. Migração, Memória e Património Cultural*. Coimbra: Ed. Gráfica de Coimbra/Fundação Pro Dignitate, 2012b, p. 285-309.

RAMOS, M. C. P. Migrações, desenvolvimento, dinâmicas locais e regionais. In PINA, H.; MARQUES, H.; RAMOS, M. C.; REMOALDO, P. (Orgs.) *Grandes Problemáticas do Espaço Europeu. Políticas de Ordenamento e Recomposições Territoriais nas Periferias Europeias*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), 2012c, p. 63-102. <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id022id1422&sum=sim>

RAMOS, M. C. P. Solidariedade, inovação social e empreendedorismo no desenvolvimento local. In PINA, H; MARTINS, F. ; FERREIRA, C. (Orgs.) *Grandes Problemáticas do Espaço Europeu. Estratégias de (Re)ordenamento Territorial num Quadro de Inovação, Sustentabilidade e Mudança*. Porto: FLUP, 2013, p. 313-342. <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id022id1433&sum=sim>

RAMOS, N. A diversidade cultural da cidade : problemas e desafios. In RUBIM, L; MIRANDA, N. (Orgs.). *Transversalidades da cultura*. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 133-179.

RAMOS, N. Interculturalidade(s) e Mobilidade(s) no espaço europeu: viver e comunicar entre culturas. *The Overarching Issues of the European Space. Grandes problemáticas do espaço europeu*. Porto: FLUP, 2013, p. 343-360. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12349.pdf>

ROCHA-TRINDADE, M. B. Do rural ao urbano: o associativismo como estratégia de sobrevivência. *Análise Social*, XXII, nº 91, 1986, p. 313-330.

ROCHA-TRINDADE, M. B. Associativismo em contexto migratório. *Revista Migrações*, nº 6, Abril 2010, p. 40-58.

SACHS, I. *Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.

SASSEN, S. *The global city: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University, 1991.

SILVA, M. B. N. *Filantropia e imigração: a caixa de socorros D. Pedro V*. Rio de Janeiro: Real e Benemérita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V, 1990.

TARAN, P.; RAMOS, M. C. P.; IVAKHNYUK, I.; TANNER, A. *Economic Migration, social cohesion and development: an integrated approach. Migrations économiques, cohésion sociale et développement: vers une approche intégrée*. Strasbourg: Conseil de l'Europe, 2009.

TEIXEIRA, A. ; ROSA, V. P. (Eds.) *The portuguese in Canada : from the sea to the city*. Toronto : Toronto University Press, 2000.

THOMPSON, C. W. Urban open space in the 21st century. *Landscape and Urban Planning*, vol.60, 2002, p. 59-72.

TRAPIER, M. Les associations, l'entreprise et la vie locale. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, vol. 5, nº 1, 1989, p. 85-95.

VELTZ, P. *Mondialisation, villes et territoires. L'économie d'archipel*. Paris: PUF, 1996.

VERTOVEC, S.; COHEN, R. (eds.) *Migration, diasporas and transnationalism*. Warwick: Edward Elgar Publishing Limited, 1999.

WADDOCK, S. A.; POST, J. E. Social entrepreneurs and catalytic change. *Public Administration Review*, vol. 51, nº 5, 1991, p. 393-401.

WEERAWARDENA, J.; MORT, G. S. Investigating social entrepreneurship: a multidimensional model. *Journal of world business*, vol. 41, nº 1, 2006, p. 21-35.